

# O AMIGO DO POVO



Preço: R\$2,00

Jornal das Lutas Populares e da Revolução Social

ANO V | Nº 17 | oamigodopovo@inventati.org | www.oamigodopovo.noblogs.org | Brasil, Jun/Jul/Ago de 2026

## As terras raras são nossas!

### O PL 2780 e o social-entreguismo do Governo Lula

Antônio Galego

No início de maio, um dia antes da reunião de Lula com Trump nos Estados Unidos, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 2780/24 que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. A aprovação do “PL das Terras Raras” contou com o apoio dos deputados lulistas e bolsonaristas, e agora segue para o Senado. Ambos os fatos políticos são desdobramentos da pressão dos EUA no início de 2025, conhecida como “guerra tarifária”.

Em 2025, apesar de se apresentar como paladino da soberania nacional, o Governo Lula já indicava a sua disposição de entregar as terras raras, abrir as portas para as Big Techs, entre outras medidas de subserviência ao imperialismo yanque. Na “narrativa” defendia a soberania, na prática aprofundava o entreguismo. É o que chamamos de social-entreguismo (ver Comunicado nº5 do GLP).

Na prática, o PL 2780/24 institui um “marco jurídico” para a entrega das terras raras e demais minerais críticos do Brasil ao apetite de lucro e poder das grandes empresas mineradoras transnacionais. O próprio relator do PL, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), admitiu ao jornal O Globo que o projeto é “claramente receptivo ao investimento externo” e ajudará no diálogo com o imperialismo yanque, pois os EUA precisam de “uma regra para que possam defender, dentro das nossas regras, os seus interesses”. Lula também deu uma entrevista no mesmo sentido: “Nós não temos veto a ninguém, nós não

temos preferência por ninguém. Aqui pode vir chinês, alemão, francês, japonês, americano.” Ou seja, que entreguismo mais democrático esse, ein?!

A venda em abril da mineradora Serra Verde, localizada em Minaçu (GO), para a estadunidense USA Rare Earth, foi um primeiro passo nesse sentido, vendendo a única mina ativa desse tipo no país e a única em operação comercial fora da Ásia.

Como exemplos mais concretos, o PL das Terras Raras prevê até R\$ 5 bilhões em incentivos fiscais para as grandes mineradoras. Prevê a criação do Fundo Garantidor da Atividade Mineral, no qual a União poderá aportar até R\$ 2 bilhões de dinheiro público para reduzir os riscos de crédito do setor privado. É uma transferência direta de recursos públicos para os cofres das grandes mineradoras.

O projeto cria também instrumentos de controle e estímulo ao setor, como o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (Cimce). Sob o pretexto de observar critérios “socioambientais e climáticos”, o conselho servirá, na prática,



como uma câmara de compensação para agilizar os interesses das mineradoras, buscando garantir que o fluxo de exportação não encontre barreiras burocráticas ou resistências populares nas áreas de lavra.

Para garantir a viabilidade desses projetos, o governo se compromete a “acelerar, simplificar e flexibilizar” processos regulatórios e de licenciamento. O PL não contempla, por exemplo, a obrigatoriedade da consulta prévia a comunidades indígenas, camponesas e tradicionais

Continua na próxima pág. →

#### CLODIODE VIVE!

No dia 14 de junho, em 2016, após a retomada indígena no município de Caarapó (MS), dezenas de latifundiários fortemente armados atacaram a retomada, resultando no assassinato de Clodiode de Souza e seis feridos.

PÁGINAS 2

#### ENTREVISTA FAR

Dando continuidade ao importante diálogo entre nossas organizações, apresentamos essa entrevista aos brasileiros, aonde os companheiros da Força Ação Revolucionária (FAR) apresentam a sua organização militante.

PÁGINA 4

#### MÁFIA DA RECICLAGEM

O assassinato de um trabalhador em situação de rua no bairro Jardim América expôs uma realidade que há anos é denunciada por catadores de materiais recicláveis: a existência de um regime de violência e superexploração em Goiânia.

PÁGINAS 7

afetadas, nem proteção para áreas ambientalmente sensíveis e critérios socioambientais ou climáticos para concessão dos incentivos. Aliás, o projeto avança meses depois de o sistema de concessão de licenças ambientais ter sido completamente desmontado com a aprovação do chamado “PL da Devastação”.

Com os olhos nas eleições, tanto a reunião com Trump, como a aprovação do PL 2780/24, foram apresentados pelos social-entreguistas como “trunfos” da política externa de Lula. Querendo se mostrar mais eficientes e subservientes aos interesses do imperialismo, Lula “roubou” uma parte do capital político de Flávio Bolsonaro e Caiado (ainda que isso possa ter reviravoltas). É uma situação muito favorável para o imperialismo, com os dois principais candidatos à presidência do Brasil brigando pelo “apadrinhamento” e “elogios” do maior inimigo da humanidade, do genocida e pedófilo Donald Trump.

O Brasil possui a segunda maior reserva (23%) de terras raras do mundo, ficando apenas atrás da China. Com a aprovação do PL 2780/24 estamos simplesmente entregando uma “mina de ouro” aos gringos, uma verdadeira rapina dos ricos e poderosos sobre os nossos recursos naturais! Aprofundar a submissão do Brasil ao capital estrangeiro é uma política que vai ser paga pela maioria da classe trabalhadora, com a destruição dos territórios, mais violência e superexploração do trabalho. É preciso unificar todos os setores populares com uma política classista e anti-imperialista: as terras raras são nossas!

Por outro lado, estamos longe no Brasil de uma clareza sobre uma política mineral e tecnológica a serviço do povo. Patinamos entre vieses estatizantes, industrializantes ou de esperanças em uma “burguesia nacional”. Também somos vítimas de um ambientalismo idealista que nega a importância da mineração

para um projeto revolucionário no Brasil. Todos esses caminhos são ilusões doutrinárias, não atingem o cerne da questão: o sistema capitalista e o poder burguês!

A luta de resistência pela derrubada do PL das Terras Raras, juntamente com outras lutas reivindicativas parciais, devem ser impulsionadas e fortalecidas, mas não para servir a um setor político burguês contra outro, mas para avançar no fortalecimento de um novo programa e estratégia de libertação popular e nacional para o Brasil. Nessa luta, o trabalho militante pela unidade das comunidades afetadas pelas empresas mineradoras, dos operários da mineração e das massas populares do campo e da cidade é o caminho para um verdadeiro horizonte de mudança, de baixo para cima, na construção de um programa para colocar as nossas riquezas naturais sob o controle popular autogestivo e efetivamente a serviço do bem estar e da liberdade do nosso povo. ■

## Memória insurgente

# 10 anos do Massacre de Caarapó e da retomada de Kunumi Poty Verá:

# CLODIODE VIVE!

Esteban del Cerro

O dia 14 de junho sempre será lembrado como um dia de resistência para os povos indígenas Guarani e Kaiowá, mas também de memória e luto. Neste dia, em 2016, após a retomada do *tekoha* (“lugar onde se é”, terra ancestral Guarani e Kaiowá) de *toro paso*, no município de Caarapó (MS), dezenas de latifundiários da região, fortemente armados, se organizaram para atacar a retomada. Com 40 caminhonetes e máquinas agrícolas, após se articularem no interior da COAMO – uma gigantesca cooperativa do agronegócio –, atravessam diversas fazendas vizinhas em uma violenta ofensiva contra os indígenas, resultando no assassinato de Clodiode de Souza e seis feridos, hospitalizados com ferimentos em órgãos vitais. Alguns dos feridos, como Jesus (já falecido) e Norivaldo, carregam até hoje balas de fogo alojadas em seus corpos. Os indígenas também denunciaram a participação direta da Polícia Militar, além de delegados da Polícia Federal acusados pelo Ministério Público Federal de envolvimento com os fazendeiros. É preciso lembrar que, enquanto os assassinos permanecem soltos – principalmente os cinco fazendeiros acusados –, o pai de Clodiode, Leonardo de Souza, ficou preso por 5 anos acusado de ser liderança, de ter atacado e torturado policiais, e de ter sido responsável pela queima de máquinas agrícolas. Foi criminalizado pela luta coletiva de todo um povo.

O massacre, entretanto, também demarca uma vitória Guarani e Kaiowá: eles conseguem se manter no território através da luta, e decidem rebatizar o *tekoha* de Kunumi Poty Verá, nome indígena de batismo de Clodiode. Além disso, em resposta ao massacre, os indígenas avançaram em mais três retomadas na mesma região. As áreas reivindicadas fazem parte da Terra Indígena (TI) Dourados Amambaipegua I, de 55.600 hectares. A TI foi identificada em 2016 pela FUNAI e ainda não demarcada, nas proximidades da Reserva Indígena de Caarapó, a aldeia Tey’i Kue, com menos de 3.500



hectares. No total, são 9 retomadas no entorno da Reserva, demonstrando a força do levante indígena por terra e território, apesar de frequentes ataques químicos com agrotóxicos, violência policial e latifundiária, jagunços e pressão por capitulação.

Neste ano, para relembrar o Massacre de Caarapó e a insurreição que o acompanha, os Guarani e Kaiowá organizaram sua grande assembleia, a Aty Guasu, para ocorrer na retomada de Kunumi Poty Verá, em memória de Clodiode e todos os mártires da luta pela terra. Recentemente, em Amambai, novas retomadas nasceram, se somando aos heroicos avanços contra o latifúndio que culminaram na recuperação do *tekoha* Tapykora Korá, brutalmente reprimido pela Polícia Militar. Apesar das prisões e dos abusos sexuais sofridos por companheiras indígenas de policiais, a retomada segue impassível. Relembrar aqueles que morreram pelo território é manter a luta viva. Como afirmam os Guarani e Kaiowá: Clodiode tombou, muitos se levantarão! ■

**CLODIODE VIVE!**

**14 DE JUNHO: NEM ESQUECER, NEM PERDOAR!  
CONTRA OS CRIMES DO LATIFÚNDIO: JUSTIÇA POPULAR!**

# Balanço do 6º Congresso da CSP-Conlutas: desafios para a reorganização classista

Jiren D.

Entre os dias 18 e 21 de abril de 2026, ocorreu em São Paulo o 6º Congresso da CSP-Conlutas. O encontro reuniu 1.026 delegados e delegadas, 299 observadores e uma delegação internacional composta por 37 representantes de 19 países. Somando convidados, equipe de apoio, jornalistas e expositores, cerca de 1.500 pessoas participaram das atividades. Em dezembro de 2025, a luta de classes no Brasil foi marcada por duas greves nacionais de grande importância: a greve dos petroleiros, iniciada no dia 15 de dezembro, e a decisão dos trabalhadores dos Correios de cruzar os braços a partir do dia 16, posteriormente adiada pelas direções sindicais.

O congresso demonstrou a importância que a CSP-Conlutas ainda possui como espaço de encontro de setores antigovernistas do movimento sindical e popular. No entanto, também evidenciou limites políticos e organizativos que precisam ser enfrentados caso a Central pretenda ampliar sua inserção entre os setores mais explorados da classe trabalhadora brasileira.

Um dos principais problemas observados foi que a dinâmica geral do congresso, incluindo os GTs e as setoriais, esteve fortemente marcada pela disputa entre correntes organizadas. Grande parte dos debates acabou girando em torno de divergências entre agrupamentos políticos, especialmente entre PSTU, MRT e MPR, reduzindo o espaço para discussões mais concretas das categorias, métodos de mobilização, trabalho de base e estratégias de crescimento junto às massas populares e aos setores estratégicos.

Também chamou atenção a predominância de uma cultura doutrinária e excessivamente voltada para debates gerais de conjuntura e temas geopolíticos. Questões fundamentais para a reorganização popular, como formas de inserção nos bairros, nos locais de trabalho precarizados e entre os trabalhadores informais, receberam

atenção muito secundária ou simplesmente não ocorreram.

Outro aspecto crítico foi a posição marginal ocupada pelos movimentos populares durante o congresso. A estrutura do encontro permaneceu fortemente marcada pelo peso dos setores sindicais oficiais, especialmente do funcionalismo público. Embora esses setores desempenhem papel importante nas lutas sociais, seu perfil não corresponde à realidade da maior parte da classe trabalhadora brasileira, hoje concentrada no setor privado, na informalidade e nas formas precárias de trabalho. A ausência de

dispostos a fortalecer uma perspectiva mais combativa, independente e voltada para o trabalho de base.

Durante o congresso, o Grupo Libertação Popular desenvolveu intensa atividade de propaganda, por meio da distribuição de materiais políticos e do jornal Amigo do Povo. Em conjunto com a Organização Socialista Libertária (OSL), organizou a roda de conversa “Ou se vota com os de cima, ou se luta com os de baixo”. A atividade reuniu militantes de diferentes organizações e movimentos populares, além de trabalhadores independentes presentes

no encontro. O debate destacou os limites da estratégia eleitoral como caminho para a emancipação popular e reafirmou a necessidade de fortalecer a organização de base, a ação direta e a independência de classe. Também foi ressaltado o papel estratégico dos setores mais precarizados e marginalizados do proletariado, frequentemente ausentes das estruturas sindicais tradicionais, mas protagonistas de importantes experiências de resistência.

Como perspectiva política, defendemos que a CSP-Conlutas avance no fortaleci-

mento de sua independência frente aos governos, partidos eleitorais e instituições do Estado burguês. Mais do que disputar espaços formais, a tarefa central consiste em ampliar a organização dos trabalhadores nos locais onde a exploração é mais intensa. Isso exige combater o corporativismo, fortalecer a democracia de base, priorizar a ação direta e construir formas de organização capazes de incorporar trabalhadores informais, terceirizados, desempregados e demais setores precarizados da classe. A reorganização do movimento popular brasileiro dependerá cada vez mais da capacidade de voltar-se para esses setores e construir, desde baixo, uma alternativa de luta enraizada nas necessidades concretas do povo trabalhador. ■



Foto: Roda de conversa organizada pelo GLP e OSL durante o Congresso da CSP-Conlutas.

uma estratégia consistente para organizar e incorporar esses segmentos revela um dos principais desafios da Central.

Na plenária final, a Chapa 1 – Bloco Operário Camponês majoritária impulsorada pelo PSTU obteve 619 votos, seguida pela Chapa 5 – MPR/MRS/OSL/POR e independentes, com 115 votos; pela Chapa 2 – Nossa Classe (MRT), com 96 votos; pela Chapa 4 – Unidos, com 62 votos; e pela Chapa 3 – Combate, com 21 votos. O Grupo Libertação Popular apoiou a Chapa 5, já que, ao longo do congresso, destacaram-se as posições mais classistas apresentadas por militantes do MPR, bem como a atuação conjunta construída com a OSL. Isso demonstra que, apesar dos limites observados, existem setores

# FORÇA AÇÃO REVOLUCIONÁRIA (CHILE): “CONSTRUIR UMA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA INSERIDA E ENRAIZADA NO POVO TRABALHADOR”

## Força Ação Revolucionária (FAR)

Organização revolucionária do Chile. Defensora da linha marxista insurrecional e reconhecida por suas importantes análises e orientações frente a conjuntura latino-americana. Dando continuidade ao importante diálogo entre nossas organizações, apresentamos essa entrevista aos brasileiros, aonde os companheiros da FAR apresentam a sua organização militante.

## Entrevistador:

Coordenação Geral do Grupo Libertação Popular (GLP)

## Tradutor:

Maradona, militante do Grupo Libertação Popular

### 1. Como e por que se fundou a organização FAR? Qual é o contexto?

**FAR** - No ano de 2019, o Chile viveu uma situação insurrecional que foi decisiva para o nascimento da FAR. Antes disso, já vínhamos com um processo organizativo, desde o ano de 2015, o qual havia transitado por um crescimento político com muitas limitações: por um lado, enfraquecidos em nosso funcionamento orgânico, mas, por outro, com uma inserção de massas importante no plano popular e estudantil.

A revolta de outubro de 2019 marcou um antes e um depois na nossa organização, porque foi o ponto de inflexão que nos levou a realizar um balanço crítico da nossa atividade política e, junto com

isso, a estudar e compreender o fenômeno da revolta, seu caráter, dinâmica, contradições, bem como o papel desses processos insurrecionais no marco geral da luta de classes no Chile e na América Latina, derivando disso, como síntese política, a nossa linha do marxismo insurrecional e as definições principais da nossa organização, chanceladas no primeiro congresso no ano de 2022.

### 2. Em alguns de seus documentos, defende-se o caráter proletário, socialista e continental da revolução chilena. Vocês poderiam nos explicar as concepções políticas da FAR?

**FAR** - O caráter da revolução é uma categoria de grande relevância porque é a pedra angular de onde nasce e se articula todo projeto político revolucionário, incluindo sua estratégia, programa e o tipo de instrumento político necessário para levá-la a cabo.

É por isso que se torna fundamental que o caráter da revolução nasça de uma análise histórica e dialética da realidade, e sob nenhuma circunstância de desejos, romantizações ou importações mecânicas de determinados posicionamentos teóricos e/ou políticos. Tudo isso nós sistematizamos em nossas análises e na caracterização do capitalismo chileno exposta em nosso projeto político.

Como conclusão disso, definimos o caráter da revolução chilena como proletária, socialista e continental — em relação ao sujeito, ao conteúdo e ao alcance da revolução —, porque reconhecemos o proletariado como o sujeito que há de assumir um papel dirigente na revolução, em aliança com outros setores oprimidos que provêm de formações sociais pré-capitalistas, como, no nosso caso, setores camponeses, pescadores artesanais e o povoação Mapuche, principalmente.

Da mesma forma, entendemos que existem todas as condições objetivas para que a luta revolucionária seja a luta não apenas pela conquista do poder político por parte dos trabalhadores, mas pela transformação estrutural da sociedade, despojando a burguesia da propriedade dos meios de produção, de sua posição de classe dominante e de sua própria existência como classe, socializando os meios de produção, de organização e de poder nas mãos dos trabalhadores.



Finalmente, entendemos que o desenvolvimento imperialista do capitalismo fortaleceu a unidade de classe da burguesia, a concentração do capital e os mecanismos de dominação dos Estados, cada vez mais articulados entre si. Especificamente na América Latina, esse fenômeno tem suas próprias particularidades, arraigadas na história do nosso continente, mas também em suas condições geopolíticas que determinam a forma de atuação do imperialismo sobre os nossos países.

É por isso que entendemos que uma revolução não tem possibilidades de ser vitoriosa se não se assegurar a viabilidade de um processo revolucionário continental. Ou seja, não tem a ver apenas com aspectos comuns históricos, culturais e sociais que nossos países compartilham, mas sim com uma defesa estratégica do processo revolucionário. Pois não se trata apenas de conquistar o poder por parte dos trabalhadores, mas de ser capaz de defender a revolução e implementar as transformações socialistas fundamentais para varrer qualquer resquício do poder burguês.

### **3. Como tem se desenvolvido e guiado o trabalho da FAR com a classe trabalhadora chilena? Quais desafios e êxitos vocês encontraram neste trabalho?**

**FAR** - Nossa inserção na classe trabalhadora continua sendo muito limitada pela realidade imposta pelo momento da luta de classes que transitamos e pela capacidade objetiva das nossas forças. No entanto, voltamos-nos a construir decididamente, apesar de todas as adversidades. Tal como dizem nossos companheiros do GLP, afirmamos que é fundamental ir ao povo para enraizar um processo de construção real, colocar os pés no seio de nossa classe e avançar do pequeno para o grande. É por isso que hoje nos encontramos inseridos em bairros populares, com um trabalho que, até esta data, centra-se principalmente na organização e no protagonismo político da juventude e das crianças do povo; em sindicatos, onde destacamos a experiência que tivemos com o sindicato de trabalhadores informais, que nasce a partir da necessidade de dar resposta ao processo de precarização e aumento contínuo de expulsão da força de trabalho dos processos produtivos, que a burguesia tem levado a cabo e que hoje mantém mais de 30% da classe trabalhadora chilena em condições de informalidade. Da mesma forma, desenvolvemos um processo de inserção no campo estudantil universitário, ainda muito incipiente, em uma disputa aberta contra o progressismo, o paternalismo e as práticas pequeno-burguesas que refletem uma decomposição profunda do campo estudantil, e no mundo secundarista onde se concentra a juventude da nossa classe.

Tudo isso sob o nosso método de construção que definimos como Pedagogia

Revolucionária e uma prática política que coloca no centro a independência de classe e o exercício da democracia popular, a fim de outorgar protagonismo e responsabilidade coletiva aos sujeitos que compõem as organizações de massas. Cremos que, para romper com a alienação que o capital impõe sobre os trabalhadores, é fundamental que o povo assuma, com criatividade e compromisso, a apropriação coletiva de seus espaços de organização, onde através da experiência coletiva e de luta vai se desenvolvendo a consciência de classe.

Na prática, isso apresenta inúmeras dificuldades e muitos desafios, tanto por nossas próprias limitações quanto pelas condições subjetivas que nossa classe atravessa, como a fragmentação e a atomização organizativa, o senso comum dominante, a perda do aprendizado histórico das lutas das quais nosso povo foi protagonista, bem como pela resposta das forças políticas progressistas e reacionárias que atuam nos territórios para perpetuar a passividade e o imobilismo dos trabalhadores como classe.

Tudo isso nos tensiona a ser perseverantes, disciplinados e rigorosos no nosso fazer, mas, por sua vez, sumamente críticos do nosso trabalho, para corrigir tudo o que for necessário, valorizando a criatividade militante e a flexibilidade para nos adequarmos à realidade de cada espaço onde estamos inseridos.

### **4. Como vocês veem o momento em que vivemos na América Latina diante das disputas imperialistas, especialmente as agressões ianques? Que papel têm exercido os governos e setores “progressistas”?**

**FAR** - A situação na América Latina atravessa um processo complexo devido à crise capitalista que hoje se centra nos conflitos interimperialistas pelo controle de recursos e territórios estratégicos, enquanto coloca sobre a classe trabalhadora o custo de suas guerras. Isso, acompanhado por uma superexploração intensiva da força de trabalho e pelas deterioradas condições de vida da grande maioria do nosso continente, fez eclodir um processo de conflitos sociais, onde destacamos a experiência insurrecional que hoje vive a classe trabalhadora e o povo boliviano.

Nesse contexto, os governos progressistas deixaram às claras não apenas os limites objetivos que a democracia burguesa impõe para qualquer transformação em benefício do nosso povo, mas também a sua honesta vontade de governar em benefício do capital.

Cada vez com mais força, assenta-se o descrédito sobre essa estratégia de governabilidade burguesa, que busca desesperadamente recompor-se para continuar cumprindo seu papel de contenção e desmobilização do povo trabalhador.

### **5) No Chile, o político reacionário José Antonio Kast foi eleito presidente, consagrando o refluxo político desde a insurreição popular de 2019, mas cujos marcos iniciais foram os fracassos do processo e do governo progressista de Boric. Quais são os desafios dos revolucionários e do proletariado chileno frente a Kast e como deveriam enfrentar este momento?**

**FAR** - Como organização, temos sido explícitos em rejeitar as práticas políticas que tentam forçar a mobilização sem base social, bem como os falsos radicalismos que, em vez de contribuir para o desenvolvimento político e organizativo da nossa classe, a afastam de uma alternativa revolucionária. Acreditamos que tudo isso faz parte dos desvios presentes em grande parte da chamada esquerda revolucionária latino-americana, que ou despreza a nossa classe, subvaloriza o seu papel, ou a instrumentaliza com fins eleitorais ou como simples gado para gerar “fatos políticos”.

Estamos conscientes de que o momento histórico vai gerando novas experiências de lutas de massas que precisam ser radicalizadas em forma e conteúdo, mas isso não pode acontecer se não formos capazes de ir construindo força social nos espaços onde o povo está presente e ir fortalecendo as capacidades políticas e organizativas do nosso povo.

É aí que se constroem as condições reais para as transformações reais que, quando são profundas e estruturais, são sempre de longo fôlego.

### **6. Por último, que mensagem vocês gostariam de compartilhar com os leitores antes de terminar a entrevista?**

**FAR** - Além de agradecer por este espaço, que é o resultado de um intercâmbio muito valioso e positivo mantido há algum tempo com os companheiros do GLP, acreditamos que hoje a mensagem que gostaríamos de compartilhar é que sabemos que os processos de mudança são longos e complexos, mas é próprio dos revolucionários saber transitá-los sem desesperos, imediatismos ou voluntarismos inócuos. Construir uma organização revolucionária inserida e enraizada no povo trabalhador, com disciplina, compromisso, dedicação e perseverança, é fundamental para dar passos firmes e assentar um caminho honesto por onde avancemos para despojar a burguesia de seu poder e forjar um futuro sem exploração do homem pelo homem, onde a dignidade humana e seu desenvolvimento integral sejam a base a partir da qual edificaremos uma nova sociedade. ■

# Notas sobre o 2º Ciclo de Formação de Militantes do Povo: “Lutas e Revoltas do Povo Brasileiro”

Maradona

Entre os meses de fevereiro e maio, em Goiânia e no Distrito Federal, o Grupo Libertação Popular realizou seu 2º Ciclo de Formação Básica do Militante do Povo “Lutas e revoltas do povo brasileiro: nossa tradição popular, insurgente e libertadora”, com o intuito de compreender melhor a história do povo brasileiro e sua experiência histórica coletiva, tomando lições para a organização e luta popular no presente. Como, nestas notas, não caberão todos os nomes de autores e poetas lidos, recomendamos que o leitor interessado acesse nosso caderno de formação. As lições tomadas foram:

1) O Brasil possui longa tradição de formação de **territórios autônomos**, como os quilombos e aldeias indígenas, dos quais devemos tirar lições históricas de autodefesa armada, agricultura familiar e organização comunitária. Podemos aprender com os Tamoios e os povos que à eles se juntaram, no século XVI, através do **confederalismo**;

2) A quilombagem e o confederalismo indígena tiveram, por necessidade histórica, de utilizarem **métodos guerrilheiros** de luta, por causa da assimetria de poder entre estes e o inimigo colonial. Essa necessidade se manteve por toda a história do país, passando pela **Cabanagem**, no século XIX, cuja guerrilha se desenvolveu no curso dos rios amazônicos até, mais de um século depois, a guerrilha do **Araguaia**, em 1972;

3) O **Tenentismo**, que marchou aproximadamente 25 mil km Brasil afora, utilizou a tática de **guerrilha de movimento rural**, pegando o governo de surpresa, que não conseguiu acabar com a Coluna Miguel Costa-Prestes. Mas a **recusa dos militares em aliarem-se aos operários** urbanos e à outros grupos de contestação deixou claro seus limites, que a partir desse momento estava fadado a ser um movimento bastante limitado politicamente. Mais



de uma década depois, em 1935, com Luís Carlos Prestes já como membro do **Partido Comunista do Brasil (PCB)**, o erro de precipitar o Levante de 1935 sem mobilização popular resultou no insucesso do levante. A análise equivocada de que o Brasil seria um país “semi-feudal” levou à ideia de que a burguesia nacional estaria interessada em “desenvolver o país” contra os elementos mais atrasados da elite nacional. Esse erro de análise culminou na falta de preparação do PCB para o golpe de 1964 e sua posterior renúncia à luta armada;

4) A organização popular em **clubes e reuniões clandestinas**, como no caso da **Conjuração Mineira**, da **Revolta dos Malês** e da **Revolta da Chibata**, além dos grupos anarquistas que se reuniam no período da Primeira República (a República Velha), mostraram-se importantes para a organização e preparo do levante, mas apontam também para a importância de se atentar aos caguetas, que sabotaram, só para título de exemplo, Tiradentes, os Malês e a Insurreição Anarquista de 1918, no Rio de Janeiro;

5) Os períodos em que a classe trabalhadora mais ganharam vivacidade e força coletiva foram com organizações combativas e independentes

em relação ao Estado: **Confederação Operária Brasileira; Ligas Camponesas; greve operária de Contagem** em 1968; entre outras. A questão fundamental é articular as diversas frentes e organizações (políticas e de massas), analisando sua capilaridade, o ânimo das massas, a quantidade de tensionamento necessário para escalar determinada situação, os fluxos e refluxos da luta popular, etc.;

6) Desde as Jornadas de Junho de 2013, a esquerda liberal tenta se afastar cada vez mais da **ação direta** de classe, reforçando o **cretinismo parlamentar** como única via de luta. Ou seja, canalizaram todas as forças para o debate institucional e sabotaram a organização popular, como é o caso da **CUT**, que atua para minar e controlar as categorias profissionais. Após o 8/1 bolsonarista, isso se acentuou. Mas a grande questão é que o **proletariado marginal** continua desorganizado (ou organizado em pequenos grupos autônomos, como é o caso dos **entregadores de moto**) e, como categoria popular estratégica, é onde devemos atuar com maior firmeza e dedicação, pois é também a vanguarda da revolução brasileira. ■

## Caso Master: “socorro ao BRB” sela o crime perfeito contra o povo

O escândalo de corrupção do Banco Master, envolvendo uma série de peças importantes do sistema, como o Governo do Distrito Federal (GDF), o Banco de Brasília (BRB), o Fundo Único de Previdência Social do Rio de Janeiro (RioPrevidência), o Supremo Tribunal Federal (STF), e, mais especificamente, figuras importantes do poder burguês como Ibaneis Rocha, Guido Mantega, Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes, Michel Temer, ACM Neto, Antonio Rueda, Flávio Bolsonaro, entre outros, já está sendo descrito como a maior fraude bancária da história do Brasil.

O escândalo do Banco Master trouxe a tona a podridão do sistema capitalista, que é a regra, não a exceção. Mas não adianta o choque de realidade pra quem não quer ver. A polarização eleitoral entre lulistas x bolsonaristas ofusca a profundidade do problema. O problema vira moral, episódico, do “outro partido”, solucionável pelo voto.

Mas o que era ruim, piorou. As mesmas instituições corruptas selaram um acordo espúrio para “socorrer” o BRB. O acordo realizado

entre o GDF e o BRB com o Governo Lula e o Banco Central, e homologado pelo STF, foi aprovado pela Câmara Legislativa do DF no dia 10/06. Enquanto garante empréstimo de R\$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), o acordo impõe como contrapartida um profundo ajuste fiscal contra o povo, com vários anos sem aumentos salariais, concursos, e cortes nos serviços públicos à população.

Diante disso, uma greve geral combativa seria uma justa e salutar resposta. Mas os trabalhadores seguem reféns, desorganizados e desorientados por uma burocracia sindical cúmplice e incompetente. Um dos principais sindicatos da CUT-DF, o Bancários, chegou mesmo a fazer um ato favorável ao projeto dos corruptos. O ato contrário foi convocado bizarramente para o dia seguinte à votação na CLDF, sem mobilização de base (com exceção do SINDSASC), sem combatividade, impotente frente ao crime perfeito dos ricos e governantes. Uma impotência programada pela cumplicidade e eleitoralismo das burocracias do PT/CUT, e que custará muito caro a toda a classe trabalhadora do DF. ■

# A máfia dos depósitos de reciclagem em Goiânia

Jiren D.

**O** brutal assassinato de um trabalhador em situação de rua no bairro Jardim América expôs uma realidade que há anos é denunciada por catadores de materiais recicláveis: a existência de um regime de terror, violência e superexploração que marca parte da cadeia da reciclagem em Goiânia.

Segundo relatos de catadores da região, muitos depósitos de reciclagem operam sob influência de facções criminosas que transformaram a miséria e a vulnerabilidade social em fonte de lucro. O que deveria ser apenas um ponto de comercialização de materiais recicláveis converte-se, na prática, em um sistema de controle sobre trabalhadores extremamente pobres, muitos deles moradores de rua e dependentes químicos.

As denúncias apontam para a existência de uma verdadeira “fatição” dos depósitos conforme os territórios controlados por diferentes grupos criminosos. De acordo com os relatos, catadores que circulam por áreas consideradas pertencentes a outras facções correm risco de sofrer agressões e até mesmo de serem mortos. O medo faz parte da rotina daqueles que dependem da reciclagem para sobreviver.

Os trabalhadores denunciam ainda a existência de espancamentos, ameaças, torturas e outras formas de violência utilizadas para impor disciplina e submissão. Em diversos casos, segundo os relatos, o pagamento pelo material coletado ou pelos serviços realizados não ocorre em dinheiro, mas em drogas, aprofundando ainda mais a dependência e a exploração dos catadores. Aqueles que recusam esse sistema ou tentam romper com ele podem sofrer represálias, agressões ou expulsão das áreas onde trabalham.

Trata-se de uma forma moderna de escravidão, baseada não em correntes de ferro, mas na fome, na dependência química, na violência e na ausência de alternativas econômicas. Enquanto os catadores percorrem as ruas em jornadas exaustivas, arriscando a própria vida para recolher materiais recicláveis, intermediários e deposeiros acumulam lucros às custas de sua miséria.

Essa realidade demonstra como a reciclagem, em vez de servir ao desenvolvimento social e ambiental, pode ser apropriada por interesses criminosos e exploradores quando os trabalhadores permanecem desorganizados e sem proteção coletiva.



Diante desse cenário, torna-se urgente fortalecer a organização dos catadores em cooperativas autogestionárias, controladas pelos próprios trabalhadores. Somente rompendo a dependência dos depósitos exploradores será possível enfrentar a violência, derrotar a superexploração e construir uma alternativa baseada na solidariedade, na autogestão e na dignidade do trabalho. A luta dos catadores não é apenas por melhores condições de vida, mas contra um sistema que transforma pobreza em lucro e sofrimento em negócio. ■

## Novo Comunicado do GLP

### Os desafios da luta contra a escala 6x1 e o cretinismo eleitoral

A luta pelo fim da escala 6x1 enfrenta desafios que vão além da aprovação do PL 221/24 agora pelo Senado. Desafios esses que podem desfigurar ou até impedir completamente a conquista da redução da jornada de trabalho. São esses desafios que o Grupo Libertação Popular analisou em seu último comunicado nº8 intitulado “Fora o poder (do povo organizado) tudo é ilusão! Os desafios da luta contra a escala 6x1 e o cretinismo eleitoral” disponível no site do jornal O Amigo do Povo ([oamigodopovo.noblogs.org](http://oamigodopovo.noblogs.org)).

Embora tenha surgido a partir da insatisfação de trabalhadores com jornadas exaustivas, o potencial da construção de um movimento de massas contra a escala 6x1 foi desperdiçado quando a pauta passou a ser incorporada por disputas eleitorais e pela dinâmica das redes sociais, reduzindo sua capacidade de mobilização direta e coletiva. A opção eleitoreira do Movimento VAT (Vida Além do Trabalho) e do seu “dono”, Rick Azevedo (PSOL-RJ), teve um preço alto a ser pago.

O PL contra a 6x1 que avança hoje no parlamento sofreu alterações e concessões importantes, sem qualquer capacidade da classe trabalhadora decidir se concorda ou não com elas. Por outro lado, mesmo se for aprovada no Senado, conquistas como estas tendem a permanecer frágeis se não forem acompanhadas por uma organização sólida dos trabalhadores, que seja capaz de defendê-las diante de pressões econômicas e políticas das classes dominantes.

Assim, a ausência de grandes mobilizações, greves e formas amplas e autênticas de organização das massas contra a 6x1 é preocupante e revela a dificuldade em transformar reivindicações em

força social efetiva. Os direitos do povo são conquistados e preservados pela capacidade de organização e pressão dos trabalhadores, e não por decisões tomadas nos espaços institucionais com interesses claramente eleitorais.

Por isso o Grupo Libertação Popular apresenta duas estratégias de luta antagônicas: a ação direta e a auto-organização dos trabalhadores *contra* a estratégia baseada em eleições e conchavos de gabinete. A dependência de políticos e partidos eleitores enfraquece a autonomia e o poder das massas trabalhadoras, enquanto a organização de base fortalece a consciência coletiva e a capacidade de luta por melhores condições de vida e trabalho.

Nesse contexto, a campanha contra a escala 6x1 deve ser fortalecida e entendida como uma oportunidade para ampliar a organização nos locais de trabalho dos setores mais explorados e oprimidos do proletariado, assim como fortalecer formas independentes de mobilização. Porém, não devemos ter ilusões de curto prazo, conquistas duradouras dependem não apenas de reformas legais, mas da construção de um poder do povo organizado capaz de sustentar e ampliar as conquistas alcançadas.

**NENHUMA ILUSÃO NAS DISPUTAS BURGUESAS NO PARLAMENTO!  
AVANTE A LUTA CONTRA A ESCALA 6x1!  
IR AO POVO! PELA REORGANIZAÇÃO  
INDEPENDENTE DA CLASSE TRABALHADORA!**

# Rebeldia virtual, submissão real:

## novas roupagens do integracionismo progressista e sua base material

J. C. Ramos

Atualmente no Brasil, a ascensão dos influenciadores e a centralidade das redes sociais contribuíram para uma crescente confusão entre os caminhos para a influência de massas e o alcance virtual. Seguidores, visualizações e curtidas são frequentemente tratados como indicadores de força política, enquanto a capacidade de mobilização social é relegada a segundo plano. A esperança de uma esquerda em crise é deslocada para a relevância midiática e para a capacidade retórica. Essa distorção articula-se com estratégias que subordinam a ação política à chamada disputa pela hegemonia político-cultural, conceito amplo o suficiente para justificar quase qualquer prática, mas frequentemente incapaz de apontar qual o caminho concreto para ruptura.

Em 2026, cerca de R\$ 4 bilhões foram destinados ao financiamento público das campanhas eleitorais. Se a monetização das redes transforma interesses militantes em interesses empreendedores, a promessa de um cargo parlamentar converte-se em oportunismo para garantir carreira. A própria estrutura eleitoral funciona como mecanismo de integração de indivíduos e organizações à democracia representativa, deslocando energias militantes para a disputa de cargos, mandatos e recursos institucionais. Com eleições a cada dois anos, a tática tende a transformar-se em estratégia permanente.

Por isso, vale perguntar: o que possui maior relevância estratégica? Controlar grandes canais digitais, eleger dezenas de parlamentares ou exercer influência decisiva sobre uma categoria capaz de interromper setores fundamentais da economia, como os caminhoneiros, por exemplo? A resposta, aparentemente óbvia, depende da concepção estratégica adotada. Uma estratégia midiática valoriza a audiência; uma estratégia institucional privilegia mandatos; já a estratégia da hegemonia político-cultural tende a incorporar tudo. O problema é que, ao tentar abarcar tudo, frequentemente deixa de priorizar aquilo que seria essencial para a construção de uma ruptura revolucionária.

No Brasil, interpretações reformistas da obra de Gramsci ganharam ampla influência a partir do artigo *A Democracia como Valor Universal* (1979), de Carlos Nelson Coutinho

(ex PCB, PT e PSOL). Inspirada pelo eurocomunismo, essa leitura deslocava o centro da ação política da ruptura revolucionária para a disputa da hegemonia na sociedade civil e nas instituições estatais. Conceitos como hegemonia e guerra de posição passaram a fundamentar uma estratégia de democratização progressiva do Estado.

O problema é que a disputa pela hegemonia frequentemente converte-se em inte-

em agente policial, o negro em promotor e os jovens e promissores parlamentares em instrumentos de gestão da própria ordem que pretendiam transformar.

Por fim, é natural que mesmo organizações honestamente revolucionárias tenham, internamente, a reprodução das contradições ideológicas do período histórico em que atuam. Se a militância revolucionária encontra-se amplamente confinada aos espaços acadêmi-

cos e às camadas médias urbanas, não surpreende que ilusões democráticas, eleitoralistas e parlamentaristas reapareçam periodicamente entre seus membros. Isso ocorre porque o desenvolvimento é condicionado pelos fatores limitantes. Da mesma forma, a consciência revolucionária desenvolve-se sob condições concretas. Quando a inserção proletária, territorial e produtiva é reduzida, determinadas limitações ideológicas tendem a emergir como expressão dessas próprias condições objetivas. Tais contradições não devem ser ignoradas, mas tampouco devem ser transformadas em motivo de crise.

Contudo, reconhecer a origem material dessas vacilações não significa normalizá-las politicamente. A experiência histórica demonstra que promessas parlamentares frequentemente terminam subordinadas à lógica das instituições existentes, produzindo adaptações, recuos e, por vezes, rupturas com os objetivos originalmente proclamados. Por isso, embora a verbalização (a nível interno) dessas contradições não deva ser transformada em crise organizativa, tampouco se deve liberalizar tais posições para além de sua expressão no âmbito da democracia interna das organizações revolucionárias. Quanto maior a responsabilidade política de um quadro dirigente, maior deve ser sua responsabilidade

perante a linha coletiva, preservando a unidade estratégica da organização e evitando projetar hesitações individuais sobre o conjunto do movimento. Nesse sentido, deve haver uma diferenciação metodológica entre o tratamento das contradições expressas por militantes de base, lideranças informais e dirigentes. A estes dois últimos deve ser dado tratamento diferenciado pois cumprem não apenas o papel de referência e direção, mas também o de formadores das futuras lideranças que emergirão da base. ■



RICARDO COIMBRA 2012

gração à ordem existente. Ao substituir a construção de organismos próprios da classe pela ocupação gradual das instituições, o horizonte da ruptura é substituído pelo da gestão. Nesse aspecto, a crítica de Malcolm X ao integracionismo oferece uma reflexão que ultrapassa a questão racial: o integracionismo não elimina estruturas de dominação, apenas altera a composição social daqueles que as administram. O sindicalista transforma-se em burocrata sindical, o professor militante em gestor escolar, a mulher trans